FOLHA DE S.PAULO | Painel

O ultimato

Geraldo Alckmin liberou a cavalaria. Aliados do governador agora atacam a "pressa" do prefeito João Doria (PSDB-SP) abertamente. Com o gesto, coloca o pupilo em situação-limite. Em uma frente, evidencia que a popularidade de Doria nas pesquisas e o desgaste sofrido na Lava Jato não bastaram para conter seu desejo de disputar 2018. Na outra, ao exibir disposição de guerrear pelo posto de presidenciável, dá a qualquer movimento do prefeito pelo Planalto ares de traição explícita.

Muita calma

Auxiliares de Doria tentaram amenizar o impacto da frase em que o prefeito admitiu que, se fosse escolhido em prévia, seria candidato ao Planalto. Dizem que ele defendeu o nome de Alckmin em todas as entrevistas que concedeu. O discurso, porém, não bastou para conter toda a sua tropa.

Ele pode

Subordinado a Doria, o prefeito regional de Pinheiros (SP), Paulo Mathias (PSDB), disse que "não tem sentido deixar de lançar um candidato bem posicionado nas pesquisas". "Política é destino. E o João prova isso."

Lotou

Em Brasília, o embate simbólico entre Doria e Alckmin em NY virou piada entre os tucanos. Em reunião da bancada do PSDB, chegaram a dizer que, se o governador passar mais um dia nessa toada, Doria dirá que não vai dar carona a ele em seu jato particular na volta ao Brasil.

Assim não dá

A cúpula do PSDB reclamou com o presidente Michel Temer pelo fato de o partido ser visto como parceiro para medidas impopulares, mas ficar de fora do anúncio de benesses, como o da renegociação das dívidas de municípios. Disseram claramente que não vão tolerar "bola nas costas".

Valeu a pena

Apesar do desgaste com o PSDB, o anúncio do acordo com os prefeitos foi visto pelo Planalto como uma das medidas mais eficazes para ampliar o apoio às reformas no Congresso. A CNM (Confederação Nacional dos Municípios) declarou apoio às mudanças na Previdência.

Deu onda

A CNM calcula que, com o acordo feito com Temer, em oito anos 3 mil municípios terão liquidado suas dívidas. Inicialmente, o governo propôs abater 20% dos juros sobre o valor devido pelas cidades –a entidade pedia 90% de desconto. Em nome de votos no Congresso, fechou-se o abatimento em 80%.

Caravana

Em guerra contra o fim do imposto sindical, só a Força diz ter 500 ônibus saindo de todo o país rumo a Brasília para a marcha das centrais, dia 24, contra as reformas do Governo Temer.

Muda o disco

Na nova rodada de articulações contra a reforma da Previdência, o PT escolheu o tempo mínimo de 25 anos de contribuição como alvo. Parte do partido acredita que a idade mínima já não é mais o principal problema da proposta.

Sob pressão

Depois de Marina Silva declarar que votaria em favor das reformas, a Rede ficou em polvorosa. Integrantes do partido fizeram questão de demonstrar insatisfação. A ex-senadora, então, decidiu divulgar uma nota dizendo que suas declarações foram distorcidas.

Todos na mesma

Com a repercussão de sua fala, em palestra em Londres, sobre a importância das reformas, Luís Roberto Barroso, do STF, diz que "ser progressista, no Brasil, pode significar enfrentar uma direita indiferente à desigualdade, bem como uma esquerda apegada a dogmas e à preservação de privilégios corporativos".

> **Doria tem perfil de ator. Antes, encenava que pesquisa não importava. Agora diz que o melhor colocado será o escolhido em 2018**
>
> **DE CAMPOS MACHADO (PTB-SP),** deputado estadual e aliado de Alckmin, sobre as posições do prefeito João Doria a respeito da próxima eleição presidencial.

Contraponto

Seleção canarinho

Em sessão esvaziada na Câmara, em abril, Carlos Manato (SD-ES), que presidia os trabalhos, deu a palavra ao colega Luiz Sérgio (PT-RJ), que queria fazer um anúncio.

– Presidente, quero registrar aqui a presença dos vereadores Kalu, Oscar e Murillo, do município de Cambuci, no Rio de Janeiro. A cidade é administrada pelo prefeito Agnaldinho, que vem fazendo uma excelente gestão!

Manato esperou o petista terminar suas homenagens para, em seguida, fazer uma observação:

– Agradeço aos senhores vereadores pela presença. Ouvindo assim, pelos nomes, parece até escalação de jogadores de futebol!

Previdência

Temer amplia parcelamento de dívidas dos municípios com INSS

Proposta permitirá que prefeitos renegociem pagamento de débitos

Victor Barone

Marcos Corrêa PR



De olho na força dos prefeitos na luta pela aprovação da reforma da Previdência, Temer acenou ontem com a MP

O presidente Michel Temer assinou ontem uma medida provisória que permite o parcelamento da dívida dos municípios com o INSS em até 200 parcelas. A assinatura da MP foi feita durante a abertura da 20ª Marcha Nacional dos Prefeitos, em Brasília.

A dívida dos municípios com a Previdência Social compromete as contas de aproximadamente 3 mil prefeituras. De acordo com a Receita Federal, no ano passado, as dívidas dos municípios com o INSS somaram R$ 25,6 bilhões. Contactadas pela nossa reportagem, a Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul e a CNM não souberam precisar o montante da dívida em Mato Grosso do Sul.

O texto prevê três pontos principais: o parcelamento em até 200 meses da dívida dos municípios; a redução dos juros em até 80% e a redução de 25% nas multas e encargos da dívida.

Com a medida provisória, o governo federal quer, como contrapartida, que os prefeitos ajudem a defender a reforma da Previdência que tramita no Congresso.

Atualmente, as prefeituras podem renegociar dívidas com o INSS em até 60 parcelas pagando um mínimo de 20% do valor devido.

A medida assinada por Temer foi acordada entre governo e as duas entidades que representam os municípios: a FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) e a CNM (Confederação Nacional dos Municípios).

Temer afirmou que a proposta é um dos caminhos do fortalecimento da federação no país. Segundo ele, o país tem uma visão política centralizadora.

Pesos e medidas

Reforma da Previdência ignora R$ 426 bi devidos por empresas ativas e inativas

O governo federal, com o apoio de partidos de centro-direita e do empresariado representado pela Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) e seus braços regionais têm trabalhado para convencer a população da necessidade premente de uma reforma previdenciária. Propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, entre outras medidas que dificultam severamente a aposentadoria integral. Sem isso, dizem, a Previdência estará fadada ao colapso. No entanto, um fator tem ficado fora desta equação: a dívida bilionária do empresariado com o sistema previdenciário.

Hoje, empresas brasileiras devem R$ 426 bilhões ao INSS. O valor da dívida equivale a três vezes o chamado deficit da Previdência em 2016. Esses números, levantados pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), não são levados em conta na reforma do governo Michel Temer.

"O governo fala muito de deficit na Previdência, mas não leva em conta que o problema da inadimplência e do não repasse das contribuições previdenciárias ajudam a aumentá-lo. As contribuições não pagas ou questionadas na Justiça deveriam ser consideradas [na reforma]", afirma Achilles Frias, presidente do Sinprofaz (Sindicado dos Procuradores da Fazenda Nacional).

A maior parte dessa dívida está concentrada nas mãos de poucas empresas que estão ativas. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria estudou e classificou essas 32.224 empresas que mais devem, e constatou que apenas 18% são extintas. A grande maioria, ou 82%, são ativas.

Na lista das empresas devedoras da Previdência, há gigantes como Bradesco, Caixa Econômica Federal, Marfrig, JBS (dona de marcas como Friboi e Swift) e Vale. Apenas essas empresas juntas devem R$ 3,9 bilhões, segundo valores atualizados em dezembro do ano passado.

Ontem, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência), em andamento no Senado, aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) à Receita Federal sobre a identidade e valor devido pelos mil maiores devedores do sistema previdenciário. O senador requer o montante de abril de 2017 dos débitos inscritos na dívida ativa previdenciária e demais receitas da seguridade social, por tipo de tributo e por empresa devedora. Ele também quer uma estimativa da efetiva capacidade de recuperação dos créditos tributários nos próximos dez anos.

O senador Lasier Martins (PSD-RS) lembrou-se de que tem muita "gente importante" devendo e que não paga, sobrecarregando aqueles que pagam. Por isso, sugeriu o foco nas empresas ativas, visto que muitos dos devedores já estão falidos. "Vamos saber quem não paga e cobrar. Temos de exigir que eles cumpram suas obrigações. Assim já teríamos uma linha de conduta definida", afirmou.

Parte da dívida das empresas não poderá ser recuperada

Apesar de a maior parte das empresas devedoras estarem na ativa, no topo da lista há também grandes companhias falidas há anos, como as aéreas Varig e Vasp. Por isso, nem toda a dívida pode ser recuperada. É provável que quase 60% do valor devido nunca chegue aos cofres do INSS –ou porque são de empresas falidas, em processo de falência, tradicionais sonegadoras ou laranjas.

Apenas R$ 10,3 bilhões (4% do montante da dívida) têm alta probabilidade de recuperação, segundo estudo da procuradoria divulgado em março do ano passado. Do classificado à época, referente a R$ 375 bilhões de dívidas, constatou-se que 38% têm média chance de recuperação; 28% tem baixa chance e 30% tem chances remotas.

A prova disso é que o percentual de recuperação é baixo. Em 2016, a procuradoria recuperou apenas R$ 4,15 bilhões dos créditos previdenciários, o equivalente a 0,9% da dívida previdenciária total.

Apesar disso, a procuradoria diz tomar medidas para recuperar esse valor. "A PGFN entende que o verdadeiro ajuste fiscal é cobrar de quem deve para não onerar quem paga," diz Daniel de Saboia Xavier, coordenador-geral de grandes devedores da procuradoria. (VB)

'Ficamos de fora do debate da Fiems', dizem sindicalistas

Com o intuito de debater as mudanças propostas pelas reformas trabalhista, política, tributária e previdenciária, a Fiems (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul) realizou na noite de segunda-feira (15) uma reunião com setores da sociedade. "Divergências de opinião são válidas. Por isso, assumimos o compromisso de levantar o debate, de convidar diversos segmentos representativos da sociedade, para que possamos avaliar as reformas", disse o presidente da Fiems, Sergio Longen.

O clima de pluralidade sugerido pelo empresário, no entanto, foi questionado por sindicalistas, que se disseram barrados na Fiems. Segundo o Comitê Estadual contra as Reformas, formado pelas centrais sindicais (Força Sindical, CUT, CSB, CTB, NCST e UGT), além de federações e sindicatos laborais em diversas áreas. Segundo Elvio Vargas, um dos dirigentes do comitê –um dos sindicalistas barrados ontem no encontro– "debate é algo que ocorre quando duas visões distintas podem expor seus argumentos, quando há apenas um lado não é debate, é discurso feito".

Webergton Sudário, presidente da Fetricon (Federação dos Trabalhadores na Construção Civil de Mato Grosso do Sul), um dos três líderes sindicais que conseguiram entrar no auditório do 6º andar da Fiems, onde estava sendo realizado o evento, disse que outras pessoas foram impedidas de entrar na recepção da entidade.

"Um forte e desnecessário esquema de segurança foi montado e ao que tudo indica, para impedir a entrada de sindicalistas contrários às reformas trabalhista e previdenciária", argumentou José Abelha Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Campo Grande, outro barrado na entrada do prédio.

Após o evento, Longen se reuniu com o presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados, deputado federal Carlos Marun (PMDB). "A população tem de conhecer o que são as reformas. Muitas vezes, a sociedade tem comprado que as reformas trazem prejuízos a todos, quer na trabalhista, quer na previdenciária. Entendemos que dialogar com clareza com essas lideranças vai trazer tranquilidade para toda a sociedade", afirmou o empresário.

Marun reforçou este ponto de vista. "Eu diria que nós temos várias reformas necessárias, mas a da Previdência é imprescindível e é nesse sentido que eu continuo trabalhando, mesmo já tendo sido encerrado o trabalho da comissão". (VB)